- c) Os professores convidados, catedráticos ou associados do mesmo grupo ou disciplina ou de análogo grupo ou disciplina de qualquer escola ou departamento da mesma ou de diferente universidade que tenham sido aprovados em provas públicas de agregação e contem, pelo menos, três anos de efectivo serviço docente como professores ou professores convidados daquelas categorias.

II — Os candidatos apresentarão os seus requerimentos que deverão ser instruídos com a documentação a seguir indicada:

- a) Documento comprovativo do preenchimento dos requisitos exigidos em qualquer das alíneas do n.º 1;
b) 30 exemplares, impressos ou policopiados, do *curriculum vitae* do candidato, com indicação das obras e trabalhos efectuados e publicados, bem como das actividades pedagógicas desenvolvidas [alínea b) do artigo 42.º do ECDU].

III — Do requerimento de candidatura deverão constar os seguintes elementos:

- a) Nome completo;
b) Filiação;
c) Número e data do bilhete de identidade e serviço que o emitiu;
d) Data e local de nascimento;
e) Categoria profissional/instituição;
f) Residência;
g) Telefone.

IV — Os documentos comprovativos da posse dos requisitos gerais de provimento em funções públicas podem ser substituídos por declaração prestada no requerimento e sob compromisso de honra, onde, em alíneas separadas, o interessado defina a sua situação precisa, relativamente ao conteúdo de cada uma das alíneas seguintes:

- a) Nacionalidade;
b) Comprovativo dos deveres militares ou de serviço cívico;
c) Registo criminal;
d) Comprovativo da vacinação obrigatória;
e) Comprovativo da posse de robustez física e do perfil psíquico adequados ao exercício da função.

V — A Reitoria deverá comunicar aos candidatos, no prazo de três dias, o despacho reitoral de admissão ou não admissão ao concurso.

VI — Após a referida admissão dos candidatos ao concurso deverão estes entregar, no prazo de 30 dias úteis subsequentes ao da recepção do despacho de admissão, dois exemplares de cada um dos trabalhos mencionados no *curriculum vitae*, nos termos do n.º 1 do artigo 44.º do ECDU.

VII — Terminado o prazo do concurso, o júri, constituído nos termos do artigo 45.º do Decreto-Lei n.º 448/79, de 13 de Novembro, alterado, por ratificação, pela Lei n.º 19/80, de 16 de Julho, reunirá nos 30 dias imediatos ao da publicação no *Diário da República* para decidir, nos termos dos artigos 48.º a 52.º do mesmo decreto-lei.

VIII — Em cumprimento da alínea h) do artigo 9.º da Constituição, a Administração Pública, enquanto entidade empregadora, promove activamente uma política de igualdade de oportunidades entre homens e mulheres no acesso ao emprego e na progressão profissional, providenciando escrupulosamente no sentido de evitar toda e qualquer forma de discriminação.

E para constar se lavrou o presente edital, que vai ser afixado nas instalações da Reitoria.

3 de Outubro de 2005. — O Reitor, *Leopoldo J. M. Guimarães*.

Faculdade de Ciências Médicas

Despacho (extracto) n.º 22 509/2005 (2.ª série). — Por meu despacho de 28 de Setembro de 2005, proferido no uso de delegação de competências:

Dr.ª Maria de Jesus Fernandes Chasqueira, técnica superior de 1.ª classe desta Faculdade — concedida equiparação a bolsheiro fora do País no período de 16 a 21 de Outubro de 2005.

30 de Setembro de 2005. — O Director, *António Manuel Bensabat Rendas*.

Despacho (extracto) n.º 22 510/2005 (2.ª série). — Por despacho de 30 de Setembro de 2005 do reitor da Universidade Nova de Lisboa:

Licenciada Isabel Maria Vaz Bonifácio — autorizado o contrato administrativo de provimento na categoria de assistente convidado da disciplina de Anatomia II, a tempo parcial (40% de dois terços do escalão 1, índice 140), por conveniência urgente de serviço e

em regime de acumulação, a partir de 2 de Outubro de 2005, por um ano.

Licenciada Sandra Clara Dias Jacinto — autorizado o contrato administrativo de provimento na categoria de assistente convidado da disciplina de Anatomia II, a tempo parcial (40% de dois terços do escalão 1, índice 140), por conveniência urgente de serviço e em regime de acumulação, a partir de 2 de Outubro de 2005, por um ano.

(Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

13 de Outubro de 2005. — O Director, *António Manuel Bensabat Rendas*.

Faculdade de Ciências Sociais e Humanas

Despacho n.º 22 511/2005 (2.ª série). — Por despacho do presidente do conselho científico de 26 de Setembro de 2005, proferido por delegação, foram nomeados os professores a seguir indicados para fazerem parte do júri para apreciação do pedido de reconhecimento de habilitações a nível de mestrado apresentado por Abdeljelil Larbi:

Presidente — Maria do Rosário Pericão Costa Pimentel, professora auxiliar da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa.

Vogais:

António Manuel Dias Farinha, professor catedrático da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.

Adel Sidarus, professor associado da Universidade de Évora.
Ana Maria Mão de Ferro Martinho, professora auxiliar da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa.

6 de Outubro de 2005. — O Director, *João Sàágua*.

Despacho n.º 22 512/2005 (2.ª série). — Por despacho do reitor da Universidade Nova de Lisboa de 30 de Setembro de 2005:

Doutor Jorge Ricardo da Costa Ferreira, assistente desta Faculdade — autorizado o contrato administrativo de provimento como professor auxiliar, com efeitos a partir de 28 de Junho de 2005, considerando-se rescindido o anterior contrato. (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

11 de Outubro de 2005. — O Director, *João Sàágua*.

Despacho n.º 22 513/2005 (2.ª série). — Por despacho de 13 de Outubro de 2005 do director (proferido por delegação de competências):

Doutora Helena Maria Duarte Freitas Mesquita Barbas, professora auxiliar desta Faculdade — autorizada a equiparação a bolsheiro no estrangeiro durante o período compreendido entre 6 e 10 de Outubro de 2005.

13 de Outubro de 2005. — O Director, *João Sàágua*.

Instituto de Higiene e Medicina Tropical

Despacho (extracto) n.º 22 514/2005 (2.ª série). — Por despacho de 12 de Outubro de 2005 do director do Instituto de Higiene e Medicina Tropical, proferido por delegação de competências do reitor da Universidade Nova de Lisboa, foi autorizada a licença sem vencimento ao mestre António Jorge Rodrigues Cabral, nos termos do n.º 1 do artigo 74.º do Decreto-Lei n.º 100/99, de 31 de Março, no período de 7 a 25 de Novembro de 2005.

13 de Outubro de 2005. — A Secretária Executiva, *Maria José de Freitas*.

UNIVERSIDADE DO PORTO

Reitoria

Despacho n.º 22 515/2005 (2.ª série). — De acordo com as normas constantes dos artigos 35.º a 41.º e 127.º do Código do Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 442/91, de 15 de Novembro, na redacção que lhe foi dada pelo Decreto-Lei n.º 6/96, de 31 de Janeiro:

1 — Delego no licenciado João da Cruz Carvalho, administrador dos Serviços de Acção Social da Universidade do Porto, a competência